

Governo mira R\$ 45 bi extras com nova taxaço de fundos de mais ricos

— *Ministério da Fazenda divulga medida provisória que aperta regras para fundos exclusivos; mudança de tributa o de investimento em offshores entra em projeto de lei*

ADRIANA FERNANDES
BIANCA LIMA
BRASILIA

 s vésperas da apresenta o do projeto de Orçamento de 2024, o governo enviou ontem ao Congresso as propostas que alteram a tributa o tanto dos fundos de investimento exclusivos quanto dos offshores (com aplica es no exterior, em geral, em paraísos fiscais). A estimativa da equipe econ mica   de arrecadar até R\$ 45 bilhões até 2026.

A mudança nos fundos exclusivos foi enviada por meio de medida provisória, que tem vigência imediata mas precisa ser aprovada em um prazo máximo de 120 dias para não perder validade. Já a altera o nos fundos offshore foi incluída em projeto de lei, conforme acordo negociado na Câmara na semana passada.

Rea o Governo fez consultas a representantes do mercado para tentar diminuir as resistências

A lei orçamentária do próximo ano tem de ser apresentada até esta quinta-feira. Para garantir equilíbrio entre receitas e despesas, o governo tenta reforçar o caixa com medidas como as anunciadas ontem – e novas propostas devem sair nas próximas semanas. Nesse esforço, o governo não precisa contar com medidas já aprovadas. Basta que o projeto de lei ou a MP já estejam tramitando no Congresso.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu entregar um déficit zero nas contas do governo, podendo, pelas regras do novo arcabouço, ter uma margem de ajuste de déficit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Somente no exterior, os ativos dos fundos offshore somam R\$ 1 trilhão. Já os fundos exclusivos acumulam R\$ 756,8 bilhões em aplica es no Brasil, num universo de apenas 2,5 mil investidores.

Como mostrou o Estad o, o governo pisa em ovos para

conseguir aprovar essas medidas tributárias no Congresso, onde   grande a resistência. Antes de enviar os textos, o Ministério da Fazenda fez várias consultas a representantes do mercado financeiro para calibrar o aperto e viabilizar a aprova o.

ALÍQUOTAS. Os fundos exclusivos recebem esse nome por serem fechados e terem apenas um cotista, diferentemente dos fundos tradicionais do mercado, abertos a diversos cotistas. AMPresentada pelo governo determina cobrança de 15% a 20% sobre os rendimentos desses fundos, que será realizada duas vezes por ano (o sistema chamado de "come-cotas") – hoje, ela acontece são no resgate. O investidor que optar por iniciar o pagamento já em 2023, no entanto, será tributado com uma alíquota menor, de 10%.

O projeto de lei dos fundos offshore também prevê a possibilidade de o contribuinte atualizar o valor de seus bens no exterior para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023, o que reduziria a alíquota sobre o ganho de capital para 10% – ante os 15% previstos na legisla o vigente.

Além disso, o texto propõe a tributa o anual de rendimentos de capital aplicado no exterior, com alíquotas progressivas de 0% a 22,5%. Atualmente, o capital investido no exterior   tributado apenas quando resgatado e remetido ao Brasil. Os residentes no Brasil podem ter recursos no exterior desde que declarados regularmente ao BC. Essa declara o   anual ou trimestral, a depender do enquadramento.

A taxaço dos mais ricos foi tentada nos últimos governos, mas sem sucesso. Sempre esbarrou em resistências no Congresso, que refletiram o ambiente empresarial e os investidores do mercado financeiro.

De antemão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e lideranças da Casa já sinalizaram que vão trabalhar para reduzir a alíquota de 10% prevista nas duas propostas para quem quiser atualizar os va-

lores já aplicados com uma tributa o diferenciada.

Ao comentar as medidas, Haddad rejeitou o termo "medidas Robin Hood", apelido dado por deputados. Segundo o ministro, as mudanças de impostos sobre esses rendimentos "não são coisas de 'Robin Hood' nem revanche". A preocupa o do ministro   evitar um embate com narrativa de uma disputa entre "ricos e pobres" na Câmara, onde as medidas começam a tramitar e o governo enfrenta dificuldades devido ao atraso na reforma ministerial. ●

Fazenda avalia mudar imposto sobre ganho de acionista de empresa

O Ministério da Fazenda avalia mudar a forma de tributa o do chamado Juros Sobre Capital Próprio (JCP), em vez de acabar com esse instrumento de remunera o de acionistas das empresas.

O JCP   um mecanismo criado após o Plano Real com o fim da corre o monetária sobre os balanços.  

usado por grandes empresas e permite que a remunera o (distribui o de lucros) aos acionistas seja enquadrada como despesa – e, assim, abatida do IR.

A Receita pode mudar o critério de dedu o do JCP da base de cáculo do IR da pessoa física e da Contribui o Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas.

Com a mudança de critério, deve aumentar a alíquota efetiva do imposto a pagar e sua arrecada o. ●A.F.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Se o: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1